SNIIC DIÁLOGOS

ciclo de conversas mensais sobre **pesquisas do setor cultural** com enfoque em gestão

6ª EDIÇÃO: **NÚMEROS DA LEI ROUANET**

NESTA EDIÇÃO

ROUANET E A PERIFERIA
Observatório ibira30 - Bloco do Beco
Allan Anjos Dantas e Marcelo Zarzuela

IMPACTO ECONÔMICO DA LEI ROUANET
Fundação Getúlio Vargas
Marília Tapajóz

COMENTÁRIO
Secretaria de Fomento do Ministério da Cultura
Thiago Rocha Leandro

MINISTÉRIO DA CULTURA

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



PANORAMA DA EDIÇÃO

Fotografias de Giba/MinC

Em **27 de março de 2026**, o Ministério da Cultura realizou a sexta edição dos **Diálogos SNIIC**, intitulada **"Números da Lei Rouanet"**. O evento contou com abertura e mediação da subsecretária de Gestão Estratégica, **Letícia Schwarz.**

Após as boas-vindas, os pesquisadores do **Observatório Ibira30 - Bloco do Beco**, **Allan Anjos Dantas** e **Marcelo Zarzuela**, apresentaram resultados da pesquisa **Rouanet e a Periferia - Um Olhar Estratégico para o Orçamento da Cultura e o Investimento Social.**

A segunda apresentação da tarde abordou dados da pesquisa **Impacto Econômico da Lei Rouanet**, realizada pela **Fundação Getúlio Vargas** e apresentada pela consultora da FGV Projetos, **Marília Tapajóz.**

Os comentários ficaram a cargo do secretário de Fomento do MinC, **Thiago Rocha Leandro** e houve ainda uma fala especial do fundador do Bloco do Beco, **Luiz Claudio de Souza**, além do diálogo com o público.

MARÇO DE 2026 | VOL. 6

EDITORIAL

Texto de Marília Tapajóz, consultora da FGV Projetos

A pesquisa de Impacto Econômico da Lei Rouanet realizada pela FGV é uma importante parceria com a OEI e o Ministério da Cultura e se apresenta como um instrumento de mensuração do setor cultural e criativo do país para além dos valores simbólico e subjetivo já reconhecidos. A multiplicidade de dados gerados e combinados ampliam o debate para falar de cultura, mas também, complementarmente, de economia, cadeia produtiva, interação de setores, efeitos multiplicadores, emprego, tributos e PIB.

Na ocasião do 6º Diálogos SNIIC foram compartilhadas as experiências dos trabalhos realizados para o alcance de dados e informações da referida Lei, bem como o caminho percorrido para aplicação da metodologia que gerou os números e conclusões apresentados. A metodologia FGV de resultado de impacto econômico é pautada em referências internacionais semelhantes e o estudo vem se consolidando para a ampliação das discussões no setor cultural, seja para qualificar o diálogo, seja para auxiliar e embasar na justificava do investimento em cultura, seja para ampliar negociações sobre o aumento do teto da renúncia.

O efeito da Lei é positivo para todos: empresas destinam seus recursos de maneira mais otimizada e com propósito, pois assim investem em atividades culturais de suma relevância para a comunidade onde serão realizadas/impactadas, o(a) produtor(a) concretiza seu evento/produto cultural, o público usufrui da experiência artístico-cultural e os(as) trabalhadores(as) veem a manutenção da sua atividade laboral, fazendo, por consequência, a economia girar e impactando direta e indiretamente postos de trabalho, renda, tributos, PIB, gerando movimentação econômica significativa para o Brasil.

Pesquisas e estudos como estes devem ter sua manutenção garantida para gerar profundidade de conhecimento, permitir estratégias de negociação e execução, além de promover análise crítica sobre as práticas já adotadas e reflexões para o futuro. É dessa maneira que é possível receber dados e analisar as condições de existência, além de definir diagnósticos profícuos que permitem sugestões de melhorias. A pesquisa da FGV nessa parceria com o MinC contribui, portanto, para a produção de conhecimento nacional, como igualmente fornece subsídios que auxiliam na tomada de decisão por parte do Governo e permite, assim, diálogos abertos com a sociedade.

A multiplicidade de dados gerados e combinados ampliam o debate para falar de cultura, mas também, complementarmente, de economia, cadeia produtiva, interação de setores, efeitos multiplicadores, emprego, tributos e PIB.



Pesquisas e estudos como estes devem ter sua manutenção garantida para gerar profundidade de conhecimento, permitir estratégias de negociação e execução, além de promover análise crítica sobre as práticas já adotadas e reflexões para o futuro.

DESTAQUES DO ENCONTRO

ROUANET E A PERIFERIA - UM OLHAR ESTRATÉGICO PARA O ORÇAMENTO DA CULTURA E O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

Observatório Ibira30 - Bloco do Beco

O coordenador da pesquisa, **Marcelo Zarzuela**, aponta que o principal intuito do estudo é debater formas de tornar a Rouanet mais acessível a organizações pequenas e periféricas. Devido à **capilaridade** e à sua **capacidade de injetar grandes volumes** da Rouanet, o pesquisador defende que a política é estratégica para ampliar investimentos em territórios mais vulneráveis - destacando o fomento como ferramenta de desenvolvimento sócioeconômico e reforçando o caráter potencializador da cultura em relação a áreas como saúde, educação, segurança alimentar e planejamento urbano.

Marcelo aponta a **previsibilidade** e a **transparência** como pontos fortes da Rouanet, com destaque para a plataforma Salic, que possibilita acesso aos dados e valores da política. Por outro lado, ele indica que o **tempo de aprendizado** necessário para dominar os mecanismos do fomento indireto, passando desde a **escrita dos projetos**, até o **estabelecimento de contatos com empresas investidoras**, está entre as **principais dificuldades enfrentadas por pequenas produtoras**. Como resposta, o convidado propõe o desenvolvimento de estratégias para encurtar este aprendizado como forma de apoio à captação e à sobrevivência das empresas periféricas e de menor porte.

Apresentando os principais achados da pesquisa, o coordenador do Observatório, **Allan Anjos Dantas**, aponta para a existência de uma **forte concentração de investimentos em regiões centrais e de maior renda**.

Um dos focos do estudo foi a análise da relação entre os números da Rouanet na cidade de São Paulo e os indicadores nacionais. A esse respeito, Allan menciona que, **em 2024, 33% dos recursos nacionais foram captados por CNPJs sediados na cidade de São Paulo,** indicando uma grande centralização de recursos nesta capital**.** Para ilustrar a dimensão da concentração, o pesquisador apresenta uma comparação entre recursos captados e número de habitantes em SP e da região Norte do país:

- **Região Norte:** possui cerca de 17 milhões de habitantes e captou R$ 79 milhões em investimentos.
- **SP:** com cerca de 11 milhões de habitantes, captou R$ 985 milhões.

Com dados do período entre 2014 e 2023, Allan demonstra que, apesar de SP ser o principal pilar da gestão de recursos da Rouanet, **a distribuição entre as áreas da cidade segue o mesmo padrão de concentração nacional:**

DESTAQUES DO ENCONTRO

ROUANET E A PERIFERIA – UM OLHAR ESTRATÉGICO PARA O ORÇAMENTO DA CULTURA E O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

Observatório Ibira30 – Bloco do Beco

- **Área 1 - centro expandido:**

17.21% da população | R$ 5.25 bilhões captados | 88% do total dos recursos | R$ 2.660 per capita

- **Área 2 - bairros intermediários:**

31.13% da população | R$ 373 milhões captados | 6% total dos recursos | R$ 104 per capita

- **Área 3 - periferias:**

50.67% da populacao | R$ 83 milhões Captados| 1.38 % dos recursos | R$ 14 per capita

- **Área 4 - bolsões de vulnerabilidade dentro do centro:**

0.99% da população | R$ 270 milhões captados | 4,51% dos recursos | R$ 2.387 per capita

Como **principais gargalos** para a captação de recursos por proponentes periféricos, o estudo indica duas razões:

1. Desistência de escrita dos projetos para a lei durante o processo, em função das baixas taxas de resultados na captação: produtoras pequenas estão mais vulneráveis a desafios relacionados ao domínio dos procedimentos, à escrita dos projetos e ao relacionamento com empresas. Combinados ao tempo do ciclo de captação, essas dificuldades minam a captação por parte de organizações ainda não consolidadas, que desistem de buscar recursos através do mecanismo.

2. Menores taxas de sucesso. Segundo Allan, conseguir chegar de fato aos recursos, através da captação, ainda é o principal gargalo para as produtoras periféricas, Dentre as organizações deste tipo que enviam projetos para receber investimentos, cerca de 35% consegue captar. Apesar deste percentual estar próximo média nacional, ainda representa uma taxa de captação baixa, sobretudo levando-se em conta o volume de recursos recebido pela cidade de SP.

Dentre as propostas indicadas como **possíveis caminhos** a serem explorados, visando à **ampliação da captação de investimentos via Rouanet nas periferias**, se destacam:

- Ampliar o volume de recursos, redimensionando o Fundo Nacional de Cultura em relação ao seu potencial estratégico.

- Ampliar ações que potencializem a nacionalização e a democratização do mecanismo, como a implementação de edições específicas como a Rouanet Favelas, Rouanet Norte, Rouanet Nordeste e Rouanet da Juventude.

- Buscar recursos de empresas públicas para realizar um aumento gradativo do percentual investido em projetos de empresas periféricas, diminuindo o gradativamente a lacuna atual.

Como conclusão, os convidados reforçaram a necessidade de políticas públicas voltadas à desconcentração e de ações de fomento específicas para territórios com menor acesso, como forma de melhorar tornar o acesso ao mais democrático.

IMPACTO ECONÔMICO DA LEI ROUANET

Fundação Getúlio Vargas

Apresentado pela consultora **Marília Tapajóz**, o estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV oferece um panorama detalhado sobre o impacto econômico e social da Lei Rouanet, realizando análises dos efeitos diretos, indiretos e tributários dos investimentos realizados através do fomento.

Segundo dados do estudo, a área cultural recebeu, **entre 1993 e 2024, aproximadamente R$ 60 bilhões** em investimentos através do mecanismo de incentivo, em valores atualizados pelo IPCA. **O ano de 2024 destaca-se como um marco histórico, atingindo a marca de R$ 3 bilhões investidos através da Lei Rouanet.**

Marília destaca que o estudo de 2024 inovou em relação ao levantamento anterior: enquanto a primeira edição, de 2018, teve como foco apenas a oferta (análise de gastos), **o estudo atual incorpora também a perspectiva da demanda**. Isso permite mensurar o impacto do consumo do público e o aporte de recursos oriundos de outras fontes, oferecendo uma visão mais completa da cadeia econômica.

Os dados de **2024** revelam uma estrutura robusta de execução:

- **4.939 projetos** com recursos executados.
- **3.154 proponentes**, sendo 86,7% Pessoas Jurídicas e 13,3% Pessoas Físicas.
- **567 mil pagamentos** realizados.

A análise desmistifica a ideia de que a Lei beneficia apenas grandes produções, demonstrando que **a maioria dos projetos** que captaram recursos **possui orçamentos de até R$ 1 milhão - 76,73%, representando 3.789 produções**. Desse total, 44,34% foram captados por pequenas empresas (MEI e MPE) e 11,90% por Pessoas Físicas, enquanto 43,76% ficaram com outros tipos de empresa.

Além disso, o estudo apresentou dados sobre os volumes de investimento recortados por faixa, demonstrando que **89,9% dos pagamentos individuais são de valores inferiores a R$ 10 mil** e **96,9% situam-se abaixo de R$ 25 mil**. Apenas 3,1% das captações superam essa faixa.

Os dados apresentados por Marília apontam, ainda, para uma grande capacidade de alavancagem de recursos adicionais, indicando que a Lei Rouanet funciona como uma chancela que atrai investimentos de outras fontes. Em 2024, **R$ 579,4 milhões foram captados por vias externas à Lei (equivalente a 20,7% do valor incentivado)**. Cerca de 22% dos projetos utilizam essa composição mista.

Um dos achados de maior destaque da pesquisa é sobre o retorno econômico dos investimentos feitos através da Rouanet: **a cada R$ 1,00 investido na execução de um projeto, R$ 7,59 são movimentados na economia.**

Para se chegar a esse valor, foram utilizadas calculados os valores recebidos pelos realizadores dos projetos - tanto via Lei Rouanet quanto através de outras fontes de financiamento - e os valores gastos pelo público.

IMPACTO ECONÔMICO DA LEI ROUANET

Fundação Getúlio Vargas

Em relação ao **público**, o estudo mostrou que **o total impactado pelos 4.939 projetos** executados com recursos da Lei em 2024 foi de **89,3 milhões de pessoas.** Destes, o público visitante - aquele que se desloca presencialmente para um evento e, portanto, tem potencial de realizar gastos relacionados à atividade cultural - foi de 69,3 milhões, 77,60% do público total.

O estudo calculou que a **movimentação econômica total** gerada pela Lei Rouanet em 2024 foi de **R$ 25,7 bilhões**, sendo **R$ 12,6 bilhões de fontes diretas** e **R$ 13,1 bilhão de fontes indiretas**.

Marília apresentou também os achados do estudo sobre o impacto econômico na geração de renda e trabalho, assim como o retorno em impostos para os cofres públicos:

- **228.069 postos de trabalho gerados**, sendo 154.701 diretos e 75.368 indiretos.
- **R$ 3,9 bilhões retornaram em tributos** aos cofres públicos.

A pesquisadora ressalta a relação custo-benefício positiva dos investimentos em cultura, uma vez que acarretam um retorno bastante significativo que, pelas suas características próprias, geram contrapartidas rápidas. Para ilustrar essa afirmação, Marília ressalta que, para cada R$ 1,00 investido via Lei Rouanet, retornam R$ 1,39 em tributos municipais, estaduais e federais, o que representa um ganho financeiro imediato para a sociedade.

Distribuição de recursos pelo território nacional

Marília observa que houve crescimento no número de projetos apresentados - submetidos à aprovação para captarem via Lei Rouanet - entre 2018 e 2024. Em uma análise por região, a pesquisadora destaca os aumentos nos números de projetos apresentados no Nordeste e no Norte - respectivamente, 427,6% e 408% de crescimento no período.

Como consequência, foi observado também o aumento da captação em si, em todas as regiões do país:

- **Norte:** 408%
- **Nordeste:** 143,7%
- **Sul:** 40,5%
- **Sudeste:** 36,4%
- **Centro-Oeste:** 1,4%

A pesquisadora apresentou também dados sobre a pulverização dos recursos captados pelo território nacional - através da contratação de bens e serviços de outros estados. O destaque vai para a região Sudeste, que pulveriza recursos em todos os estados brasileiros. Sobre isso, o estudo demonstra que:

- **20,3% dos recurso**s executados foram **enviados para UFs diferentes** da sede do proponente.
- **45,7% dos municípios** do país **possuem fornecedor que recebeu recursos** da Lei em 2024.
- **29,8% dos recursos** executados foram **destinados a fornecedores com sede fora das capitais**.

Ainda, a pesquisa aponta que **58,9%** dos projetos fomentados pela Rouanet executaram **ao menos uma ação em áreas periféricas, urbanas ou rurais, regiões vulneráveis ou áreas de povos e comunidades tradicionais.**

O QUE DISSERAM OS GESTORES

O secretário de Fomento e Incentivo à Cultura, **Thiago Rocha Leandro**, ressalta a importância de absorver críticas tecidas a partir de realidades diversas, agregando à perspectiva institucional tanto o olhar dos grupos de pesquisa como os de quem está na ponta e nos territórios

A partir dos dados, Thiago identifica uma tendência positiva, apontando curvas de crescimento que indicam o **potencial das políticas culturais em curso - ainda que sejam necessários avanços.**

O secretário aborda o caso da região da região Norte: apesar do crescimento de mais de 400% no volume de investimentos, os números absolutos ainda estão distantes da realidade desejada.

O gestor avalia o crescimento dos investimentos como consequência direta da Rouanet Norte e argumenta que, a partir do ano que vem, o impacto da Rouanet Nordeste também poderá ser analisado.

Thiago sustenta que ainda há muitas oportunidades de crescimento, mas é necessário tempo para que os números totais reflitam uma melhora robusta.

Argumentando que políticas públicas devem ser desenhadas com um conjunto de mecanismos, o secretário comenta que há outras fontes de recursos complementares à Lei Rouanet - como a Política Nacional Aldir Blanc, que distribui recursos através do fomento direto.

O gestor sustenta que a concentração observada na distribuição dos investimentos feitos via Rouanet acompanha uma lógica estrutural.

Ressaltando que a fonte de recursos da Lei é o Imposto de Renda, cuja arrecadação acompanha a concentração de recursos, Thiago avalia que a distribuição é um problema consolidado na políticas públicas no Brasil - uma reprodução estrutural, histórica e sistêmica, mas que precisa ser enfrentada pelo poder público.

Além disso, Thiago fala sobre a importância da atuação da sociedade civil organizada para reivindicar as melhorias que a sociedade precisa.

E elogia a atuação do Bloco do Beco que, ao trazer dados, mostrou os problemas a partir de evidências, tecendo provocações mas também propondo caminhos e possibilidades para a construção de soluções conjuntas.

"É importante reconhecer que o problema existe e entender que ele é fruto de um processo histórico", afirma o secretário.

Thiago menciona que concepções urbanísticas ainda reproduzem esse processo, e afirma que concentração de equipamentos culturais em áreas centrais, limitações de transporte público e dinâmicas sociais baseadas em desigualdades são problemas ainda não superados nas cidades brasileiras.

Por fim, o gestor menciona que os números do impacto econômico da Lei Rouanet refletem **a capacidade que a cultura possui de movimentar a economia, gerar empregos e ativar outros mercados**. Nesse sentido, tanto números do fomento indireto quanto os dados de outras políticas refletem o potencial de geração de riqueza da cultura.

Links úteis

Diálogos SNIIC | 6a Edição: Números da Lei Rouanet 🔗 Assista à gravação

Explore os dados da pesquisa Impacto Econômico da Lei Rouanet

Aprofunde-se na pesquisa Rouanet e a Periferia